

discute os conceitos que lhe são inerentes, e não apresenta um novo sistema integrado de explicação. Por isso, ao remontar muito acertadamente à “crise” econômica do Império Romano para apreender a gestação das instituições senhoriais, não procede a uma análise estrutural dessa crise; daí apelar para as medidas de política econômica como fatores explicativos das mudanças subsequentes — quando Marc Bloch demonstrara, na sua penetrante análise da gênese das instituições senhoriais (**Cambridge Economic History of Europe**, vol. I), que as normas governamentais do Baixo Império, fruto das transformações econômicas e sociais, constituíram-se, reversivamente, uma vez fixadas, em outros tantos fatores de transformações.

Tal deficiência metodológica e conceitual se torna particularmente grave em se tratando do período analisado: abrangendo a decadência da chamada economia antiga e sua concomitante transformação no sistema feudal, atinge o início da desagregação deste último e a origem do regime capitalista. A conceituação rigorosa dessas diferentes estruturas econômicas é premissa indispensável para se compreender cientificamente o processo histórico daquela fase.

Insistindo sobre o que se nos afiguram pontos essenciais da investigação histórico-econômica, poderá parecer que temos a pretensão de desvalorizar o trabalho de Robert Latouche. Tal não ocorre, pois, como já de início frisamos, é indiscutível sua riqueza de sugestões e a posição relevante que passa a ocupar no conjunto da historiografia medieval. É que o seu mérito, a nosso ver, está menos na elaboração de novas sínteses explicativas que na crítica, de base sobretudo empírica, de esquemas mais ou menos firmados e com tendência a se cristalizarem. Essa tarefa é sumamente importante, e por isso esta obra oferece, além dos méritos já assinalados, base segura para as futuras reflexões em torno da economia européia medieval.

FERNANDO ANTÔNIO NOVAIS

*

* *

GOMES DOS SANTOS (Pe. Domingos Maurício). — **Cançãoeiro chamado de D. Maria Henriques**. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956. CLX + 673 págs.

Quando, em junho de 1942, se realizava no Pôrto o IV Ccongresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, uma comunicação conjunta — dos Padres Carlos da Silva Tarouca e Domingos Maurício — veio assinalar a localização do precioso códice poético quinhentista, o **Cançãoeiro de D. Maria Henriques**, conhecido até então por imprecisas referências desde a citação de Barbosa Machado — que por certo ouvira dele vagas informações. O Pe. Tarouca — a quem se deparou o cimélio nos arquivos da Casa Teles da Silva —, e c segundo — que o editou agora numa primorosa edição crítica —, puseram em relêvo, nessa ocasião, a importância histórico-literária do

referido Cancioneiro: conquanto de interesse secundário a riquíssima produção poética nêle contida, o seu espólio teatral, ligado à tradição e ao gosto vicentinos, constituiu razão suficiente para que se salvasse do inevitável esquecimento o referido códice. “A relativa penúria da nossa literatura de cativoiro e o caso único, como se verá, de um teatro português feito em cativoiro e representado nas masmorras de Marrocos, bastariam para lhe conceder, não só a devida honra, mas bem justificada primazia na história literária do país” (**Palavras Pré-vias**, p. XVI).

Parece tratar-se do exemplar único o até agora conhecido pelo nome de **Cancioneiro de D. Maria Henriques**; e, por motivos que logo se verão, o editor propõe a mudança do título para **Cancioneiro de D. Francisco da Costa**. A empresa a que se dedicou beneditinamente o Pe. Domingos Mauricio, oferecendo, depois de 15 anos, aos estudiosos da cultura literária portuguesa a admirável edição do **Cancioneiro**, encontrou felizmente a compreensão dos dirigentes da Agência Geral do Ultramar, que tornaram possível a publicação do monumental trabalho, que vem se colocar na linha daquela erudição filológica que em Portugal está interrompida, há um terço de século, com o desaparecimento da extraordinária Carolina Michaëlis.

O apógrafo, possivelmente da autoria do secretário de embaixada de D. Francisco da Costa, em razão das condições paleográficas em que se apresenta (com ausência total de pontuação, erros de ortografia, lapsos de transcrição etc.) exigiu de seu editor um tratamento especial, que acabou se consubstanciando num conjunto de normas para estabelecimento do seu texto (pp. XX-XXII), valiosas como ponto de partida para trabalhos da mesma espécie.

Na **Introdução** histórico-literária ao Cancioneiro, Domingos Mauricio nos dá conta, num substancioso estudo, da personalidade histórica, da vida dramática e da espinhosa missão diplomática de D. Francisco da Costa, armeiro e armador-mor de D. Sebastião, governador do Algarve durante a ausência do malfadado rei na sua corrida para Alcácer-Quibir, e embaixador do Cardeal-Rei D. Henrique à corte de Marrocos, para negociar o resgate dos cativos da desastrosa batalha que liquidou a dinastia de Avis. Após um rosário de difíceis peripécias, veio D. Francisco da Costa a falecer em África, no ano de 1591, sem chegar à total redenção dos seus compatriotas. Entre estes havia também espanhóis, italianos e alemães, — e a produção lírica do **Cancioneiro**, trilingüe como os seus congêneres da época, compreende 57 composições em português, 33 em castelhano e uma em latim, partindo de um temário amoroso profano, passando pelo autobiográfico, pelo parenético, até chegar aos temas de intensa inspiração religiosa. As formas poemáticas são as tradicionais e em voga no século XVI: cartas, vilancetes, glosas e voltas, canções, diálogos, elegias, trovas e romances, sendo esta última a forma predominante. Na minuciosa recomposição das condições de vida dos prisioneiros em Marrocos, vemos como eram organizados os serviços religiosos, numa reprodução saudosa das cerimônias de Lisboa, concorrida com representações de teatro religioso, nas quais o próprio D.

Francisco da Costa participou, compondo e com certeza levando à cena peças alusivas, consoante os vários espécimes preservados no seu **Cancioneiro**. O teatro, que consta de sete autos religiosos, é o acervo literário de maior importância no conjunto da obra. Se a matéria lírica é da autoria incontestável de D. Francisco da Costa, o espólio teatral não apresenta as mesmas facilidades de identificação. Filiado ao teatro de tipo vicentino, notadamente às peças de Antônio Prestes, esta produção dramática do cativo é um caso inédito, não só na literatura peninsular, mas ainda na própria literatura universal. O **Cancioneiro**, conhecido até então pelo nome de **D. Maria Henriques**, filha de D. Francisco da Costa e sua primeira possuidora, “é um espelho cristalino desta existência trágica, em todo o sentido kirkgaardiano do termo, e, como tal, digno de ser salvaguardado das injúrias do tempo” (p. XXVI).

Das 160 páginas que constituem a **Introdução** ao **Cancioneiro**, 25 são dedicadas ao exame da matéria poética no seu significado histórico e estético, na metrificacão e nos fenômenos fonéticos e ortográficos. Acentuando a relativa importância do conteúdo epo-lírico da obra, o editor põe em evidência todavia o interesse literário que oferecem as composições dramáticas representadas pelos cativos nas nasmorras marroquinas. “Marido e pai cristianíssimo, o poeta traçamos, no seu **Cancioneiro**, um verdadeiro itinerário de ascese lírica, em duas fases, bem marcadas. A primeira, de caráter predominantemente afetivo e familiar. A segunda, de feição vincadamente religiosa. Aquela é comum a muitos poetas. Neste, os sentimentos afetivos revestem-se de uma tal sublimação espiritual, que denotam, no escritor, um coração desprendido, em suas afeições, de toda a preocupação terrena, para se concentrar, apenas, no reflexo eterno e sobrenatural da vida” (p. CXXXII). “O teatro revela, sem dúvida, nestes autos, um grau invulgar de cultura filosófica e teológica, certo domínio da arte dramática, na destreza do diálogo, e, até, no sentido do cômico, sem os desbragamentos de Mestre Gil” (p. CXLIV).

Trabalho de méritos incontestáveis, acompanhado de 16 ilustrações, com levantamento das fontes manuscritas e impressas, um índice ideográfico e onomástico, e finalmente enriquecido com glossários de termos e expressões portuguesas e espanholas, o seu texto vem seguido de substanciaosas notas elucidativas, que fazem da obra um monumento da erudição literária portuguesa. Está de parabéns o Rev. Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos, que retirou de suas preocupações espirituais aquelas horas necessárias para a elaboração de um tipo de trabalho que o nosso tempo dificilmente chega a compreender.

S. SPINA

*

* * *

HEYERDAHL (Thor). — **Aku-aku, o segrêdo da Ilha da Páscoa**. Tradução de Raul de Polillo. São Paulo, s. d. Edições Melhoramentos. 342 pp. Ilust.

O presente livro é, sob certo aspecto, a continuação daquele outro do mesmo Autor, **A expedição Kon-Tiki, 8000 quilômetros numa**